O CAMPO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM E O ENSINO

Freda INDURSKY
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - UFRGS

Primeiras palavras

Para começar, preciso apontar os caminhos vou trilhar: meu propósito é mostrar que os Estudos da Linguagem constituem um campo de conhecimento bastante heterogêneo. Neles se abrigam a teoria gerativista, a lingüística funcional, os estudos enunciativos, pragmáticos e discursivos. Tal diversidade conduz inevitavelmente a diferentes *concepções de língua*. E há que percebê-las/contrastá-las para decidir qual é nosso objeto de estudo e de ensino. Isto vai conduzir-me, num primeiro momento, a esboçar um breve panorama dos estudos da linguagem, para, só então, chegar ao cerne deste trabalho.

A fundação da lingüística e a concepção de língua sistêmica

A Lingüística moderna, fundada no início do século XX por Ferdinand de Saussure, resultou das famosas dicotomias saussurianas, salientando-se, sobremodo, o famoso corte epistemológico que cindiu a *linguagem* em *língua* e *fala*. Nessa perspectiva, esquematicamente, pode-se dizer que l*íngua* remete a um sistema abstrato, a um sistema de valores constituído por puras diferenças, enquanto a *fala* remete ao uso do referido sistema. A isto podemos acrescentar que, para Saussure, a barra que opõe *língua/fala* separa o *social* do *individual*, o *essencial* do *acessório* e *acidental*. Tal separação permitiu determinar a *língua* e não a *fala* como objeto da Lingüística, pois é na *língua* que podem ser examinadas as relações e sistematicidades de seus elementos constituintes. As relações sistêmicas, ao abstraírem o uso e as variações dele decorrentes, são de natureza regular e homogênea, permitindo, por conseguinte, instituir um objeto idealizado no qual nada que não seja estritamente lingüístico deve ser levado em consideração. E Saussure salienta que "*não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados"* (SAUSSURE, op. cit, p.23). Ou seja:

a língua, nesta concepção, é um objeto asséptico, de onde todo e qualquer elemento que não seja interno, próprio ao sistema lingüístico, nela não encontra lugar e dela deve ser excluído. Como se vê, a oposição *língua/fala*, princípio fundante da ciência lingüística, exclui a atividade do homem com/na língua.

A fundação dos estudos enunciativos e sua concepção de língua

Desde os anos 40, os trabalhos de Benveniste evidenciaram que muitos aspectos, relegados ao residual da fala por Ferdinand de Saussure, poderiam ser estudados em sua regularidade, permitindo examinar as *marcas da atividade do homem na língua*.

Benveniste (1966, 226-54) intaura este novo objeto de estudo, salientando que a língua possui formas que possibilitam a alguém assumir-se como locutor e, deste modo, apropriar-se da linguagem, fundando, assim, sua subjetividade à medida que, podendo dizer-se EU, pode dizer Tu para um outro, instituído como seu interlocutor. Assim, ao estudar o par EU-TU, Benveniste dá início à reflexão sobre o objeto que designaria mais tarde de *enunciação*.

A partir desse par inicial, outros elementos lingüísticos são por ele estudados, os quais servem para marcar o espaço e o tempo do locutor da enunciação e situar o locutor face ao seu interlocutor. Todas as categorias estudadas pelo autor pertencem, de direito, à língua sistêmica, mas servem para marcar as atividades linguageiras do homem, pois, segundo o autor, "*a linguagem dispõe de um conjunto de signos vazios, não referenciais em relação à 'realidade', sempre disponíveis e que se tornam plenos desde que o locutor os assuma como instância de seu discurso*" (BENVENISTE, 1966, p.254). Ou seja, a enunciação mobiliza elementos que pertencem à língua, mas cujo sentido depende de fatores pragmáticos que variam de uma enunciação à outra. Tais elementos são de natureza lingüístico-pragmática - o emissor, o receptor e sua localização espaço-temporal - e constituem o contexto situacional em que se dá a enunciação. Este conjunto de signos tem por função relacionar enunciado e enunciação, isto é, vincular o lingüístico à fala. Assim procedendo, os estudos de Benveniste recuperam elementos até então considerados residuais, os quais vão subsidiar uma nova relação com a língua, uma língua que contemple, para além das relações puramente lingüísticas, elementos da subjetividade e

contextuais. Esta língua, por conseguinte, não é mais estritamente idêntica à língua sistêmica, pois elementos extra-lingüísticos são associados ao lingüístico.

Se compararmos a primeira concepção de língua acima delineada à esta segunda, veremos que a primeira desenha um objeto homogêneo, do qual estão excluídos todos os elementos que não são estritamente lingüísticos. Esta é a *língua dos lingüistas*, que se interessam pelos *estudos sistêmicos*. A segunda esboça um objeto que já não é mais idêntico ao primeiro, pois a língua instituída pelos *estudos da enunciação* não se limita mais ao estritamente lingüístico e sistêmico. Ao contrário: mobiliza elementos de natureza lingüístico-pragmática, ao tomar em consideração os interlocutores e sua situação de enunciação. A primeira considera apenas as *relações internas ao sistema lingüístico*, enquanto a segunda interessa-se tanto pelas *relações internas como pelas externas.* Decorrem daí duas concepções de língua diversas e dois modos distintos de trabalhar com a linguagem.

A fundação dos estudos discursivos e sua concepção de língua

Os anos 60 vão testemunhar o surgimento de vários novos objetos de estudos no interior do campo dos estudos da linguagem. Deles, vou me ocupar, neste trabalho, apenas do surgimento da Análise do Discurso.

Análise do Discurso se institui questionando o corte epistemológico saussuriano (lóngua/fala) e propondo um deslocamento para *língua/discurso*. Em seu primeiro texto, Pêcheux (1969) afirma que *discurso é efeito de sentido entre interlocutores*. Ou seja, desde sua postulação inaugural, a exterioridade é convocada e é considerada como constitutiva do novo objeto. Posteriormente, o autor (PÊCHEUX & FUCHS, 1975) vai reivindicar para a Análise do Discurso um *sujeito histórico, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia*. Vale dizer: para este novo objeto que se inscreve no campo dos estudos da linguagem, a relação do discurso com a história e com o sujeito são mobilizadas. Segundo Pêcheux (1971), a Teoria do Discurso é parte constitutiva do materialismo histórico. Em 1975, Pêcheux vai além e vincula o sentido à *formação discursiva*, questionando, desta forma, a noção de sentido literal e naturalizado, relativizando, por esse viés, a noção de referência, tal como entendida pelos estudos lingüísticos. E mais: a forma lingüística, tal

como é estudada pela lingüística, cede seu lugar à materialidade lingüística, historicamente determinada. Por ser assim constituída, essa materialidade não é exclusivamente lingüística. Por seu viés, o indivíduo se subjetiva e se identifica, inscrevendo-se em processos discursivos e produzindo diferentes efeitos de sentido.

Cabe fazer um novo contraponto, agora, entre as três concepções de língua examinadas. A língua com que trabalha a análise do *discurso* não é um objeto estritamente lingüístico, como o é a *língua da lingüística sistêmica*; tampouco é apenas um objeto *lingüístico-pragmático*, como é a *língua desenhada pela teoria da enunciação*, pois mobiliza não só constituintes lingüísticos, mas também e fortemente noções que são alheias à língua sistêmica, tais como sujeito, interlocutor; e também noções que igualmente são estranhas às teorias da enunciação, como contexto sócio-histórico, ideologia, inconsciente, para apenas mencionar algumas destas noções.

A seguir, vou aprofundar um pouco mais o contraste entre as concepções *sistêmica* e *discursiva*[1] de língua. Na *concepção sistêmica*, a língua é considerada como uma estrutura que comporta regularidades e organização. A regularidade remete para a organização[2] interna da língua. Já a concepção discursiva de língua considera tanto a regularidade (organização) quanto a irregularidade, pois comporta em seu interior elementos que rompem com a previsibilidade sistêmica. A língua sistêmica fecha-se a tudo que não seja estritamente lingüístico, contemplando apenas o lingüístico em suas relações internas. Já a língua da AD considera tanto o que é interno quanto o que lhe é externo, e é isto que possibilita que o imprevisível e a irregularidade aí venham encontrar espaço para significar.

Em função de tais propriedades, língua com que trabalha a AD não é transparente, não pressupõe o sentido único nem o sentido literal. Sendo a exterioridade constitutiva desta concepção de língua, não há um sentido prévio que se cole sobre o modo como os fatos são discursivizados. Face a processos discursivos que promovem a co-existência de sentidos contraditórios e mesmo antagônicos entre si, devemos reconhecer que é próprio da

[1] Ao falar em concepção discursiva de língua, estou me referindo à noção de discurso tal como foi entendida por Pêcheux e tal como tem sido formulada, desde então, por aqueles que se inscrevem em uma relação de filiação teórica com a análise de discurso por ele fundada.

língua, tal como entendida pela AD, produzir sentidos duplos, contraditórios, ambivalentes. E é da natureza discusiva da língua abrigá-los, pois, segundo Pêcheux, "*o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua*" (PÊCHEUX, 1994, p.62).

Isto só pode ocorrer em uma concepção de língua que leva em conta a existência de sujeitos históricos nela inscritos, os quais historicizam diferentemente seus dizeres e lhes imprimem sentidos e direções de sentido nem sempre coincidentes. Sentidos estes que não se excluem, que co-existem. E, ao levar tais questões em consideração, os analistas de discurso passam da *organização* para a *ordem* da língua.

A partir dessa breve panorâmica feita aqui em torno dos caminhos empreendidos pelos estudiosos das questões referentes à *língua* e à *linguagem*, pode-se perceber que estes estudos são muito diferenciados entre si e, por conseguinte, os estudos da linguagem não constituem um corpo uniforme, homogêneo de conhecimentos, princípios e procedimentos. Ao contrário, neste campo abrigam-se pressupostos teóricos bastante diferenciados, formulações teóricas bem distintas, onde se recortam, não uma língua única e uniforme, mas várias concepções de língua que não só não se superpõem como até mesmo podem vir a antagonizar-se, muito embora todos reivindiquem a *língua* como objeto de estudo. É por esta razão que, para pensar o ensino, se faz necessária uma discussão prévia sobre, pelo menos, algumas destas concepções[3]. Se não soubermos de que língua falamos, quando falamos em língua, então não estaremos suficientemente preparados para as diferentes práticas a que, através da língua, somos convocados: nem para a prática da pesquisa, nem para a do ensino, tampouco para a prática de análise. Pensar tais questões, em meu entender, precede obrigatoriamente toda e qualquer prática.

Algumas análises

Para ilustrar algumas destas diferenças, gostaria de mostrar como é possível tomar uma mesma *materialidade lingüística* e sobre ela produzir análises diferenciadas, ditadas pelas três concepções diferentes de língua aqui analisadas. Para tanto, vou fazer várias

---

[2] Orlandi (1996) contrasta *organização* da língua com a *ordem* da língua.

[3] Vários outros contrastes podem ser feitos. Eu limitei-me, aqui, a contrastar três concepções que vão progressivamente ampliando o que entendem como constitutivo do objeto-língua.

análises sobre uma mesma seqüência lingüística, extraída de uma matéria assinada por Luiz Antônio Araújo e publicada na Zero hora de 31/12/1999[4]. Vejamos, pois, estas análises.

(1) O Piratini implantou o Orçamento Participativo, mas não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha

Esta seqüência será submetida, inicialmente, a uma análise que levará em conta apenas as premissas da língua sistêmica. Por conseguinte, examinará a referida seqüência em suas relações internas.

Poderia fazer uma análise sofisticada, mas não é este meu objetivo. Creio que uma análise bastante simples, utilizando os conhecimentos que uma gramática de língua oferece, é suficiente para contrastar as abordagens em questão e visualizar concepções diversas de língua. Vejamos pois minha primeira análise.

Trata-se de um período constituído de duas orações – *O Piratini implantou o Orçamento Participativo* e *o Piratini não conseguiu cumprir a maioria das promessoas de campanha*. O período é composto por coordenação e estas duas orações estão conectadas entre si pela *conjunção coordenativa adversativa mas*. Ou seja: se as duas orações acima destacadas estão conectadas entre si por uma conjunção coordenativa adversativa, isto significa que tais orações apontam para sentidos adversos entre si.

Poderia, ainda, fazer uma análise sintática interna às duas orações. Mas, para os meus propósitos, a análise realizada é suficiente, pois o que desejava mostrar com uma análise deste tipo é o que ela é capaz de fazer: pelo viés da análise sintática, trabalha-se com as relações que os elementos constituintes de uma frase estabelecem entre si. No caso

[4] Esta seqüência discursiva foi publicada no balanço de fim de ano realizado por Zero Hora (ZH), jornal diário de Porto Alegre. Este balanço do ano de 1999 coincide igualmente com o término do primeiro ano do governador petista, Olívio Dutra, no Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja: o balanço de fim de ano foi o mote que deu lugar ao referido jornal para realizar efetivamente um balanço deste primeiro ano de governo de Olívio Dutra. Situada a seqüência, interessa-me justificá-la no âmbito deste trabalho. No ano de 2007, ZH comemorou 50 anos de atividades na Imprensa Gaúcha. Como parte dos festejos, publicou um caderno especial alusivo à data e organizou uma exposição comemorativa. Como já é sabido, teoricamente entendemos que *a memória discursiva* é lacunar. Só à luz de sua natureza lacunar é possível entender que ZH não tenha marcado sua participação muito ativa durante o regime militar. Da mesma forma que é esta mesma natureza lacunar que explica porque, em sua exposição comemorativa, fatos como a fundação do PT e a vitória de Olívio Dutra, como governador do Estado do Rio Grande do Sul, foram "esquecidos". Tal esquecimento, que é da ordem da determinação histórica do lugar social de onde este sujeito ideológico

de minha análise, busquei examinar como o período está constituído. O resultado desta análise é a classificação das orações que constituem a frase. Em suma: uma análise sintática decompõe o todo para estabelecer a função e/ou classificar os elementos que constituem este todo. Este é o limite de uma análise que toma a língua sistêmica como suporte para suas investigações. Ou seja: esta análise permite conhecer e compreender as funções sintáticas dos elementos lingüísticos constituintes de uma frase. Vale dizer, os resultados de tal análise são meramente classificatórios.

Para realizar nossa segunda análise, vamos mobilizar a concepção enunciativa de língua. Tomemos a mesma seqüência que acabamos de analisar, mas, agora, por estarmos mobilizando uma concepção lingüístico-pragmática, o objeto de análise não é mais considerado uma frase, mas um enunciado que guarda em si as marcas de sua enunciação. Numa concepção de língua deste tipo, as relações não são mais puramente lingüísticas. Elas são a um só tempo lingüísticas e extra-lingüísticas. E, em um contexto desta natureza, as análises não se limitam a trabalhar as relações internas (tal como em (1)). A natureza da língua também não é mais a mesma. Feitas estas ressalvas, passemos a analisar o enunciado (2).

> *(2) O Piratini implantou o Orçamento Participativo, mas não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha*

Se, na análise da frase (1), não interessava saber quem disse que *O Piratini implantou o Orçamento Participativo, mas não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha,* porque, para responder a esta questão, fazia-se necessário ultrapassar o contexto lingüístico, agora, para analisar (2), esta informação é imprescindível, como também o é saber para quem o locutor dirige este enunciado, quando o produziu e onde o fez.

Como dissemos mais acima, esta seqüência foi retirada de uma matéria assinada por Luiz Antônio Araújo e publicada pelo Jornal Zero Hora (ZH) no último dia do ano de 1999. Portanto, esta matéria dirige-se aos leitores de ZH, de modo geral, e aos leitores interessados pelo balanço que o jornal está fazendo sobre o ano de 1999, mais

---

produz seu jornal e sua exposição, é que determinou, por sua vez, de minha parte, como pesquisadora, a

especificamente. Porém, mais particularmente ainda, destina-se aos leitores interessados no balanço de ZH sobre o primeiro ano de governo de Olívio Dutra. Este é, pois, o contexto situacional em que se inscreve (2), que será designado, daqui em diante, de enunciado.

Uma análise que mobiliza uma concepção lingüístico-pragmática de língua vai necessariamente relacionar o lingüístico, que pertence às relações internas deste eniunciado, com o pragmático, que se situa na relação entre este material lingüístico e a sua exterioridade. Ou seja: as relações não serão mais de natureza sistêmica, pois a exterioridade é convocada a igual título que as relações internas. Vejamos, pois, como se processa esta análise. Para tanto, vou me circunscrever a uma análise semântico-argumentativa de (2) (DUCROT, 1984).

Uma análise deste tipo, vai tomar o enunciado (2) e desdobrá-lo em seus dois enunciados constitutivos e atribuir cada um destes enunciados obtidos a dois enunciadores diversos, E1 e E2. Este primeiro gesto analítico já aponta para uma radical diferença com a análise feita em (1), pois, desde o início, o lingüístico está sendo associado ao extra-lingüístico, ao mobilizar os enunciadores destes dois enunciados. Mas, vamos prosseguir com nossa análise.

O primeiro enunciado – *O Piratini implantou o Orçamento Participativo* – é atribuído a um enunciador E1;

e o segundo enunciado – *O Piratini não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha* – é atribuído a um enunciador E2.

Observemos inicialmente que o sentido do primeiro enunciado pode levar-nos a supor que este enunciado aponta para uma conclusão positiva sobre este primeiro ano do governo Olívio Dutra.: s*e o Piratini implantou o Orçamento Participativo então ele está fazendo um governo satisfatório e está conseguindo cumprir suas promessas de campanha*. Ou seja, o enunciado produzido por este primeiro enunciador aponta para uma avaliação positiva do primeiro ano do governo Olívio Dutra. E esta seria efetivamente a avaliação de seu primeiro ano de mandato, não fosse a continuação deste enunciado. Vejamos então a continuidade desta análise.

---

busca desta materialidade discursiva para proceder as análises que se seguirão.

Este enunciado atribuído a um primeiro enunciador está ligado ao enunciado produzido por um segundo enunciador pelo operador argumentativo *mas* que tem por função inverter a direção de sentido e frustrar a conclusão apontada pelo primeiro enunciador. De fato, o operador argumentaivo *mas*, ao inverter a direção dos sentidos, aponta para uma conclusão oposta, *o Piratini não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha.* Ou seja, a avaliação deste primeiro ano do mandato de Olívio Dutra, que inicialmente parecia ser positiva, de fato não o é.

E esta análise nos mostra que o locutor (que pode ser tomado como o jornalista que assina a matéria) mobiliza as vozes de dois enunciadores diversos: o primeiro, que faz uma avaliação positiva do primeiro ano do governo Olívio; e o segundo, que faz uma avaliação negativa deste mesmo governo. Este locutor mobiliza a voz do primeiro, mas com ela não se identifica. Ele mobiliza esta voz para desconsiderá-la, descartá-la de sua avaliação. Sua identificação efetivamente se dá com o segundo enunciador que diz que a maioria das promessas de campanha não foi cumprida. E o que lhe permite desconsiderar o sentido de E1 e a conclusão para a qual estava se dirigindo inicialmente é o uso do operador argumentativo *mas*. É pelo viés do operador *mas* que se dá a desidentificação com os sentidos do enunciado de E1 e ocorre o redirecionamento para o sentido do enunciado de E2. E deste redirecionamento resulta uma avaliação desfavorável para o primeiro ano do governo Olívio.

A comparação das análises efetuadas em (1) e (2) apontam com clareza que (1) trabalha o nexo *mas* procurando perceber como ele conecta duas orações entre si para classificar esta conexão. Ou seja, este tipo de análise ocupa-se em classificar as orações, trabalhando com a sintaxe. Já (2), promove um deslocamento importante: também parte do *mas*, mas não o considera mais apenas como um conector de orações, nem busca apenas classificá-lo. Em (2), o *mas* é tomado enquanto um operador argumentativo e sua função não é mais a de ligar orações para compor um período, mas é a de examinar sentidos diferentes para organizar a argumentação do locutor. Mais especificamente, este operador argumentativo mostra como o locutor trabalha com diferentes sentidos, indica como o locutor faz a orientação dos sentidos, aponta para o ponto de vista do locutor (*O Piratini*

não conseguiu cumprir a maioria das promessas de campanha), sem, no entanto, ocultar que existe um outro ponto de vista em circulação, que, neste processo argumentativo, está sendo desqualificado (*O Piratini implantou o Orçamento Participativo*). E é este, exatamente, o papel do operador argumentativo *mas:* descartar o ponto de vista de um enunciador (E1), e identificar-se com o ponto de vista de E2.

Assim procedendo, deixa-se de lado o observatório das relações internas à língua, que conduzem à sintaxe, e parte-se para o observatório das relações lingüístico-pragmáticas da língua, que, ao conduzirem para o plano semântico, indicam os pontos de vista de diferentes enunciadores bem como o modo como o locutor se relaciona com os diferentes pontos de vista em circulação. A seqüência é a mesma, o nexo é o mesmo, mas os resultados da observação são diversos, porque mobilizam concepções de língua diferentes. De um lado, temos a sintaxe e, do outro, a semântica como filtros para realizar a observação do modo como estas duas concepções de língua trabalham.

Vejamos como fica a análise desta mesma seqüência quando nosso terceiro tipo de língua, que considera a historicidade de sujeitos ideológicos e dos sentidos que estes produzem, é mobilizado. Nesta análise, vamos considerar que esta seqüência reúne dois enunciados produzidos a partir de diferentes lugares sociais, que representam duas diferentes posições-sujeito ideologicamente constituídas. E estas diferentes posições de sujeito estão reunidas em um único enunciado. Trata-se do que Courtine (1981) chamou de enunciado dividido, tal como veremos em (3).

(3) *O Piratini implantou o Orçamento Participativo, mas não cumpriu a maioria das promessas de campanha.*

Este enunciado está dividido entre duas diferentes posições-sujeito ideologicamente divergentes. Este discurso mobiliza, através da primeira posição-sujeito, um saber que provém de uma Formação Discursiva (FD) que remete às práticas políticas do PT. E a prática do Orçamento Participativo é a que mais mobiliza os sujeitos que se identificam com esta FD. A mobilização deste saber e desta prática para desqualificá-las mostra que o sujeito deste discurso não se identifica com esta Formação Discursiva e seus saberes. Ou seja: este sujeito do discurso não se identifica com a Formação Ideológica que sustenta esta

Formação Discursiva, nem se identifica com os saberes que emanam desta Formação Discursiva. E, por não identificar-se com ela, ele desloca seu dizer para o seu lugar social, para sua Formação Discursiva e mostra, a partir de sua posição-sujeito que, embora se refira ao Orçamento Participativo, não o considera um feito importante para avaliar positivamente o governo Olívio. Na verdade, o Orçamento Participativo foi implantado e esta era uma das promessas de campanha do candidato Olívio, mas o cumprimento desta promessa não parece suficientemente satisfatório, quando examinado a partir da segunda posição-sujeito, que antagoniza com a primeira.

Neste ponto, é necessário que se faça uma pergunta: por quê o cumprimento desta promessa não parece ser suficientemente bom? A resposta é que o sujeito deste discurso inscreve-se em uma Formação Discursiva adversa a dos simpatizantes desta prática e mais: não apenas o articulista, mas sobretudo o orgão de imprensa em que esta matéria foi publicada, ambos se inscrevem em uma FD antagônica a tais saberes e práticas.

Cabe igualmente perguntar: qual o papel de *mas* numa análise que mobiliza uma concepção de língua deste tipo. Certamente, não interessa, nesta perspectiva, olhar para sua função sintática. Também não se trata de pensar apenas que ele inverte a orientação dos sentidos, apontando para uma conclusão diversa daquela que E1 sinaliza. Ou seja: neste caso, o sujeito não está somente organizando sua argumentação em relação aos sentidos em circulação. Aqui, o *mas* tem uma outra função. Compete a *mas* assinalar a fronteira entre saberes ideologicamente antagônicos reunidos no enunciado dividido. Diria mais: para poder criticar o Governo Olívio, para poder dizer que ele não está cumprindo suas promessas de campanha, o sujeito deste discurso necessita admitir que a promessa de implantação do orçamento participativo foi cumprida. No entanto, ao fazê-lo, desqualifica esta ação governamental, mostrando que isto não tem valor e não é suficiente para fazer uma avaliação positiva deste primeiro ano de governo.

Estamos, pois, frente a um discurso que mobiliza duas posições-sujeito em confronto, em disputa de sentidos. O sujeito do discurso, ao sinalizar a fronteira entre estes dois discursos através de *mas*, produz um duplo movimento: em primeiro lugar, desqualifica o orçamento participativo e, em segundo lugar, promove o deslizamento da

posição-sujeito que se identifica com o orçamento participativo para a posição-sujeito que critica o referido orçamento. Dito de outra forma: *mas* promove o deslizamento de uma Formação Discursiva para outra[5].

Como é possível perceber, há diferenças importantes entre a análise precedente (2) e esta última (3). A análise argumentativa, em (2), busca deslocar o foco das análises, mostrando que o nexo coordenativo da sintaxe pode ser pensado como um operador argumentativo, e então, nesse caso, deixa-se de fazer uma simples classificação de orações para refletir no uso que o locutor faz deste nexo e os sentidos que daí decorrem. Ao passar da sintaxe para a semântica, salienta-se como é possível usar a língua para produzir sentidos, para organizar argumentos, para relacionar-se com um outro locutor, para defender um ponto de vista.

Já a terceira análise produz mais um deslocamento importante, pois considera que a língua não apenas é capaz de organizar os argumentos de um locutor, mas é o lugar material onde sujeitos socialmente determinados se relacionam e freqüentemente estabelecem um verdadeiro embate. A língua, nesta perspectiva, é a materialidade que captura os rumores que provêm do social e que se expressam em processos semânticos que não são transparentes, que demandam interpretação. Em suma: é pelo viés da língua que são tomadas as mais diversas posições-sujeito. Neste enquadramento teórico, a sintaxe deixa de ser formal e classificatória para tornar-se o lugar material em que diferentes efeitos de sentido são produzidos no interior de processos discursivos produzidos de diferentes lugares sociais.

À guisa de conclusão

Toda esta reflexão pode e deve ser canalizada para iluminar a prática do ensino de línguas. Com isto, não quero dizer que tais teorias devem ser "despejadas" sobre os alunos. Mas, entendo que, se o professor souber que não há uma única concepção de língua, nem de contexto, isto já pode afetar e muito a qualidade de seu ensino.

---

[5] Em trabalhos anterores (1997, 2002, entre outros) pude apontar que o *mas* pode cumprir igualmente uma outra função: a de opor diferentes posições-sujeito inscritas em uma mesma formação discursiva. Neste caso, em lugar de produzir o deslizamento de uma FD a outra, o *mas* produz o deslizamento de uma posição-sujeito a outra. Neste segundo caso, entendemos que também se trata de um enunciado dividido, não mais entre saberes antagônicos, mas entre subjetividades contraditórias.

Indo um pouco além: não estou pregando que se deixe de ensinar sintaxe. Ao contrário. Mas estou dizendo que é possível deslizar de uma análise sintática para uma análise semântica para que os alunos melhor entendam como os nexos lingüísticos funcionam semanticamente. Diria que, pelo menos isto, já seria muito bom e o resultado disso poderia ainda reverter para uma melhor compreensão das classificações que a sintaxe formal nos provê. Saber identificar como a classificação sintática funciona semanticamente é um avanço e isto é da ordem de práticas de ensino. Produzir tal comparação/reflexão pode reverter tanto para a leitura de textos como para a sua produção.

A terceira concepção é igualmente importante para que se compreenda que cada um daqueles enunciados representam, de fato, diferentes tomadas ideológicas de posição. Ou seja: compete mostrar que a língua não é neutra, que a mesma língua e a mesma contrução sintática podem defender diferentes tomadas de posição, assumidas por sujeitos ideologicamente antagônicos, de tal forma que, o enunciado dividido anteriormente analisado em (3), poderia ter seus enunciados constitutivos invertidos, como segue em (4):

> *(4) A maioria das promessas de campanha não foram cumpridas, mas o Piratini implantou o Orçamento Participativo.*

Se fôssemos fazer uma análise sintática da seqüência (4), não haveria nenhuma diferença entre os resultados obtidos em (1): veríamos que se trata de um período composto por coordenação, cujas orações são coordenadas e adversativas. Seria apenas mais um exercício de classificação com resultados idênticos ao obtido na primeira análise (1).

Vejamos agora como seria analisar (4) a partir da concepção lingüístico-pragmática. Veríamos diferenças imediatas, pois, mesmo que o locutor tenha agenciado os mesmos enunciados, com a ordenação diferente, a reversão dos sentidos realizada pelo operador argumentativo *mas* apontaria o governo de Olívio como positivo. Ou seja: a organização da argumentação é diversa e a conclusão também o é. Contrastando a análise de (1) e de (2), percebe-se em que consiste a passagem da análise sintática à análise semântica.

Por fim, se fizéssemos uma análise de (4) a partir da concepção discursiva de língua, encontraríamos a mema situação de (3), até um determinado momento: o *mas* faz fronteira entre formações discursivas divergentes, entre posições-sujeito ideologicamente

antagônicas. Também aqui o *mas* promove o deslizamento de uma tomada de posição para outra, de uma formação discursiva para outra. E é neste ponto que aparecem as diferenças: a tomada de posição do sujeito, em (4), é diversa àquela mobilizada em três. Em (4), o sujeito identifica-se com a FD que contém os saberes do Governo Olívio e é diametralmente diversa daquela com que o sujeito se identifica em (3), pois lá ele se opõe às práticas do Governo PT. Trata-se, pois, de sujeitos ideologicamente diversos: o sujeito de (4) antagoniza com o sujeito de (3) e com ele disputa sentidos.

Como se vê, por esta análise, a sintaxe não é neutra numa língua que é tomada como lugar material de realização de processos semânticos diversos e antagônicos. Neste sentido, podemos dizer que uma língua que é capaz de dar conta de diferenças ideológicas, é, de direito, uma língua que se apresenta como *forma material*: ela é capaz de dar conta de diferentes processos discursivos que desenham um litígio ideológico. Isto a distingue a concepção discursiva de língua das concepções sistêmica e enunciativa.

Em suma: pode-se perceber que estas diferentes concepções de língua apresentam maior ou menor complexidade, maior ou menor contato com a exterioridade, maior ou menor filtro em relação ao que entendem como elemento constitutivo da língua, ou seja, vão desenhando diferenças e limites. E, diante deste campo diversificado, estas questões devem perpassar nossas reflexões quando pensamos as diferentes práticas que envolvem a língua.

Não considero que estas questões teóricas devam fazer parte diretamente dos programas de ensino na escola. Mas pretendo que estas questões devam fazer parte da formação do futuro professor de língua, materna e/ou estrangeira. Entendo que estas questões são essenciais para a formação do professor. Todo professor e futuro professor deve perceber com clareza que a língua sistêmica e transparente é *uma* concepção dentre outras e não *a* única concepção. A língua sistêmica mostra como a língua funciona, é muito importante, mas não basta. Depois de saber como ela funciona, é preciso perceber os sentidos que decorrem deste funcionamento, é preciso compreender os processos semânticos e discursivos que se engendram a partir de e sobre a língua. Só possuindo este conhecimento é que o professor vai saber o que se faz com a língua e, desta forma, vai estar

instrumentado para entrar em sala de aula e ajudar seus alunos a refletir sobre a língua, a analisar os sentidos e efeitos de sentidos que decorrem de diferentes enunciados e textos. Enfim: só assim seus alunos saberão, por sua vez, usar a língua para produzir sentidos em suas diferentes atividades dentro e fora da sala de aula.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966.

COURTINE, J.J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en anlyses du discours. *Langages,* n.62, p.9-127, juin, 1981.

DUCROT, O. (1984). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito.* Campinas, Pontes, 1987.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes.* Campinas, Ed. da UNICAMP, 1997.

____. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. ANPOLL, *CD-ROM Síntese 2.* Porto Alegre, 2002.

ORLANDI, E. *A Interpretação*; autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. *L'analyse automatique du discours.* Paris, Dunot, 1969. Trad. Bras.: GADET & HAK (org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

_____. Langue, "langages", discours. *L´Humanité*, 15/10/71. p.8.

_____. *Les vérités de la Palice.* Paris, Maspéro, 1975. Trad. Bras.: Semântica e discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P.(org.) *Gestos de leitura.* Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, n. 37, p. 7-80, mars, 1975. Trad.Bras.: GADET & HAK (org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística Geral.* São Paulo, Cultrix,1974.